



A EXPLOSIVA EXTERIORIZAÇÃO do saber¹

Silviano Santiago²

Tem sido pouco salientado, no debate sobre a pós-modernidade, o fato de o livro de Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna*, ser um “escrito de circunstância”. Trata-se do resultado de uma encomenda que lhe foi feita pelo Conselho das Universidades junto ao governo do Quebec. Antes, portanto, de ser produto de um encadeamento orgânico e lógico que daria continuidade a preocupações da produção teórica anterior do autor, *A condição pós-moderna* trilha o caminho inaugurado por De Gaulle quando, em 1967, deu viva ao Quebec livre.

O ensaio é, pois, a resposta dada por um europeu a educadores franco-canadenses para enfrentar o impacto da modernização ocidental a partir do modelo nipo-americano. Este vai-nos conduzindo a uma nova era histórica que se convencionou chamar de pós-industrial. A reflexão de Lyotard sobre a nova era, antes de ser resposta a uma pergunta subjetiva, é parte de um cálculo de lucros-e-perdas feito por uma economia regional atrasada, a canadense. Essa nossa constatação, por sua vez “circunstancial” em relação ao específico das teses de Lyotard, nos leva a algumas ponderações que julgamos oportunas.

A primeira diria que *La condition post-moderne* circunscreve Canadá e França como periféricos em relação ao estágio avançado em que se encontra o núcleo desenvolvido do Primeiro Mundo. O livro talvez seja a resposta mais inteligente à pergunta feita de maneira grosseira pelo jornalista francês Servan-Schreiber, em *O desafio norte-americano*. Em segundo lugar, percebe-se que, por uma encomenda, Lyotard é retirado do seu *lugar político* original – os

¹ Artigo publicado no *Jornal do Brasil*, Caderno Idéias/Livros, de 30 de junho de 1990.

² Escritor e crítico. silviano.santiago@gmail.com.

acontecimentos de maio de 68, em Paris – e posto de supetão diante de um necessário e indispensável processo de atualização das instituições do saber. Trata-se de um relatório de estudos, cujo resultado visa a aprimorar o quadro universitário e os laboratórios de pesquisa canadenses. Finalmente, e aqui entramos propriamente no nosso assunto de hoje, Lyotard acredita ser justo aconselhar que o *processo de abordagem* da modernização pós-industrial seja feito pelo viés técnico-científico.

O acesso à nova revolução industrial está na aquisição de um *saber*, que é vendido ou negado pelos países avançados aos consumidores periféricos, quando não lhes é simplesmente escamoteado ou sonogado.

As sociedades periféricas só terão pleno acesso a ele se os respectivos governos ou empresas nacionais delegarem às suas instituições do saber, ao alocar-lhes fundos generosos, a indispensável tarefa de aprimoramento de um corpo de pesquisadores e de docentes de altíssimo nível. A pesquisa de ponta é o alicerce indispensável para que se afirme o poder econômico na competitiva era pós-industrial.

Unindo estas três ponderações, está outra frase da introdução do autor ao livro, que diz ter sido ele escrito no momento muito pós-moderno, em que a Universidade de Vincennes desaparece do mapa da educação francesa. Em Paris, o *campus* de Vincennes, desde os anos 70, vinha sendo o baluarte da imaginação no poder à chinesa, lugar por excelência da revolta cultural maoísta contra o império esclerosado da Sorbonne. Na homenagem póstuma ao santuário da emancipação humana, lê-se que a almejada transformação social se fará de maneira lenta e gradual, pelo aperfeiçoamento das instituições universitárias, com vistas a uma sociedade plural e democrática, mas ao mesmo tempo eficiente.

Modernização e democracia se tornam o casal 20 dos anos 80, assim como revolução cultural e guerrilha o foi dos anos 60. Se, naqueles anos, o poder era o mal e o acesso ao lugar dele significava a mais terrível das traições, hoje o poder é o cimento de uma possível melhoria tecnológica, vale dizer: uma possível melhoria econômica e social dos cidadãos. O estado do bem-estar social (*welfare state*) joga para escanteio a insatisfação radical que existe por trás do desejo utópico.

Nas sociedades avançadas, o seguro-desemprego garante o silêncio conivente, alimentando com desocupados os clubes noturnos e os estádios de futebol.

Dentro dessa perspectiva, não é novidade que Lyotard tenha imaginado entrar na análise da sociedade pós-industrial pelo viés da informática. Antes de abordar o problema que nos interessa, o do estatuto do saber na era pós-industrial, tracemos o quadro geral da pós-modernidade pintado por Lyotard, deixando no entanto a discussão do quadro geral para melhor e mais oportuna ocasião. Fiquemos, hoje, apenas com a descrição sumária da explícita e ambiciosa tese que Lyotard levanta.

Para ele, a condição pós-moderna se inaugura pela atual “incredulidade” em relação aos *metarrelatos*, ou seja, essa espécie de “desencanto” (a palavra é do cientista político Norbert Lechner) com os grandes discursos filosóficos produzidos no século XIX e explicadores da condição histórica do Homem ocidental, nos seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Os metarrelatos foram responsáveis pela constituição – nos tempos modernos – de grandes atores, grandes heróis, grandes perigos, grandes périplos e, principalmente, do grande objetivo sociopolítico e econômico, trazendo uma impossível, mas almejada grandiosidade para um mundo que mais e mais se dava como burguês e capitalista, como baixo e decadente. Eles tiveram como ponto de partida o ideal libertário da Revolução Francesa e como fundamento os princípios da razão iluminista. Ainda de maneira simplificada, digamos que aquela é equacionada ao autoritarismo, responsável por sua vez por inúmeras ditaduras de variado colorido, e está na vontade de compreender o processo social na sua totalidade, deixando que a violência homogeneizadora passe o rolo compresso no que é diferente e, por isto, heterogêneo, vale dizer no que é plural.

Aos olhos revolucionários, a pós-modernidade é reformista. Aos olhos iluministas, é uma freguesa contumaz, ou seja, mais uma rebelião anárquica da irracionalidade. Aos olhos verdadeiramente modernos, ela é apenas modernizadora. Porém, aos seus próprios olhos, a pós-modernidade é antitotalitária, isto é, democraticamente fragmentada, e serve para afiar a nossa inteligência para o que é heterogêneo, marginal, marginalizado e cotidiano, a fim de que a razão histórica ali enxergue novos objetos de estudo. Perde-se a grandiosidade, ganha-se a tolerância. Em lugar do dever histórico do Homem, tem-se a integração plena do cidadão em comunidades. E é a estas “placas” (a palavra é de Lyotard) de sociabilidade que se dirige o olhar pós-moderno, buscando compreendê-las ao mesmo tempo na sua autenticidade e na sua precariedade.

A grande questão para Lyotard é a de saber como, descartados os metarrelatos (os grandes tratados filosóficos do século 19 europeu) legitimadores do bom, do justo e do verdadeiro, constituir formas de legitimação da nova ordem mundial.

Essa questão – cuja resposta é apenas sugerida – se torna mais urgente porque a sociedade pós-industrial, ao mesmo tempo em que democrática e tolerante, marcha dentro da discutível “lógica do melhor desempenho”. Essa lógica é a principal responsabilidade de uma nova classe dirigente, a dos “decisores” (dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais).

Quando usada sem discernimento, a lógica do melhor desempenho inaugura uma nova forma de “terror”, o terror tecnocrata implantando pelos “decisores”, aliás, recentemente acolhido entre nós e imediatamente transplantado para Brasília: “Sede operatórios, isto é, comensuráveis ou desaparecei.” A questão da legitimação do saber científico é ainda importante porque, desde os anos 60, os pesquisadores passam por um “processo de desmoralização” na medida em que questionados pelos movimentos preservacionistas.

Apesar de fascinante, deixamos de lado a discussão da tese fundamental de Lyotard e a dos seus critérios, e adentremo-nos agora pela vereda do grande sertão da informática: o estatuto do saber na sociedade pós-industrial.

A hipótese fundamental de Lyotard diz que o estatuto do saber mudou a partir dos anos 1950/1960. Anteriormente, ele deveria fazer parte da formação (*Bildung*) espiritual de todos e qualquer indivíduo para que chegasse à condição de cidadão participante. Para um lento e gradativo processo de *interiorização* do saber, tanto de um saber universal e multidisciplinar básico, quanto de um saber disciplinar e superior. A escola e os professores, donos de uma informação completa do saber, eram os principais responsáveis pelo trabalho de formação junto aos alunos que, por sua vez e por definição, tinham informações incompletas.

O desnível entre as partes justificava a autoridade do professor e a obediência do discípulo.

Em literatura, a dramatização desse processo foi responsável por um dos mais ricos subgêneros da ficção: o romance-de-formação (*Bildungsroman*) ou, de maneira mais específica, o romance-de-artista (*Kunstlerroman*). Os mestres incontestáveis são Goethe, com *Wilhelm Meister*; e Gustave Flaubert, com *Educação sentimental*. O romance *Um artista aprendiz*, de Autran Dourado, seria

exemplo recente do subgênero entre nós. Em geral autobiográfico, o romance-de-formação narra a *experiência* de um indivíduo até o final da adolescência. Mostra como ele se torna consciente de si, ao mesmo tempo em que relata o mundo objetivo fora da sua consciência subjetiva.

O saber tinha então, para usar a terminologia marxista, um “valor de uso”.

Nos países avançados, com a proliferação de magníficas bibliotecas públicas e universitárias, com a diversidade infinita de laboratórios de pesquisa com memória científica específica, com a multiplicação de museus cada vez mais especializados, com o surgimento dos mais variados tipos de arquivos públicos e com a conseqüente informatização de todas essas instituições, o saber passar mais e mais a viver a condição de uma “explosiva exteriorização”.

Ele é tanto mais e mais abundante quanto é mais e mais acessível.

A escola já não pode mais exigir uma absurda *interiorização* do saber por parte do aluno, mesmo porque professor e aluno, em condições ideais, trabalham com informação completa. Não há desnível entre os dois em quantidade de informação.

Há desnível no modo como utilizar a informação.

Observa Lyotard que a pedagogia na sociedade pós-moderna não desaparece, mudam-se os seus métodos. Ensinam-se não os conteúdos, mas o uso dos terminais. Ensina-se um “manejo mais refinado deste jogo de linguagem que é a pergunta: onde endereçar a questão, isto é, qual é a memória pertinente para o que se quer saber?”

O saber perde então a sua condição de “valor de uso” e passa a ser avaliado como algo que existe para ser vendido e que também existe para ser consumido com vistas a uma nova produção. Fornecedores e usuários do conhecimento passam a ter uma relação com o saber como “valor de troca”. O seu valor é determinado por uma realidade extrínseca a ele; ele é, segundo a definição clássica, a expressão do trabalho humano socialmente necessário para produzi-lo. Pode concluir Lyotard que, nos últimos decênios, o saber tornou-se a principal força de produção.

Tanto a busca do saber (pesquisa) quanto a transmissão do saber (pedagogia) fundam a circulação do capital na sociedade pós-moderna. O saber não está desvinculado da questão maior do poder econômico e político, em suma, ele é a moeda que define na cena internacional os jogos de hegemonia (entre as nações, entre as empresas multinacionais).

Os créditos alocados à pesquisa são o alicerce para os laboratórios dentro de uma perspectiva de crescimento e importância que é legitimada pelo melhor desempenho. Nesse sentido, pesquisa, transmissão do saber e empresa pós-industrial se encontram intimamente ligados pelo capital. Diversas universidades funcionam em estreita colaboração com parques industriais que lhes são vizinhos, como é o caso sempre citado da Universidade de Stanford, na Califórnia. E continua Lyotard:

“Mas o capitalismo vem trazer sua solução ao problema científico do crédito à pesquisa: diretamente financiando os departamentos de pesquisa nas empresas, onde os imperativos de desempenho e de recomercialização orientam com prioridade os estudos voltados para as aplicações; indiretamente, pela criação de fundações de pesquisas privadas, estatais ou mistas, que concedem créditos sobre programas a departamentos universitários, laboratórios, sem esperar do resultado dos seus trabalhos um lucro imediato, mas erigindo em princípio que é preciso financiar pesquisas a fundo perdido durante um certo tempo para aumentar a chances de se obter uma inovação decisiva e, portanto, muito rentável.”

Lyotard conclui de maneira premonitória que o saber na sociedade pós-industrial passa a ser o principal ponto de estrangulamento para o desenvolvimento dos países periféricos.

Daí se pode supor, ao contrário do que é voz corrente entre nós, que a distância entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento tende a se alargar mais e mais no futuro. Falar hoje de uma única economia planetária não deixa de ser um modo pouco discreto de legitimar formas múltiplas e até então insuspeitas de injustiça. Acreditar também que o saber circula em transparência quando movido pelo capital internacional é truísmo desprezível.

Dentro dessa perspectiva é que não é de todo impensável, para os países periféricos com sólido governo democrático, uma política *estratégica* que se ancora no recurso à “reserva de mercado”. O dilema hoje para países como o Brasil, cuja tradição aponta para a dança com os países do Primeiro Mundo, pode pragmaticamente ser apresentado aos seus cidadãos da seguinte forma:

(a) ou entramos no movimento do capital internacional enquanto nação e passamos a ser pseudomodernos e eternos consumidores, vale dizer, eternamente periféricos;

(b) ou corremos o risco de inverter as coisas, assumindo a possibilidade de um desenvolvimento da pesquisa e da transmissão do saber numa espécie de redoma artificial, cujas leis de funcionamento sejam constantemente (insisto no

advérbio) avaliadas e modificadas, com vistas a uma melhor adaptabilidade do ar artificial da redoma ao meio ambiente avançado.

A primeira opção é a de mais fácil execução, pois depende apenas da boa disposição privatizante do governo federal, auxiliado por eficiente campanha publicitária que mascara as perdas em conquistas. O governo da nação age como mero árbitro (caso não seja corrupto) no processo de rápida modernização pela injeção de “aplicações do saber” vindas de fora sob a forma de mercadorias acabadas ou semi-acabadas, dependendo do nível de saber estrangeiro que se quer tornar público.

A segunda opção não depende apenas de um governo central e, por isso, é de execução difícil e até quase impossível em país como o nosso no seu estágio político atual.

Para que não seja mero arremedo de um nacionalismo ultrapassado, lembraria os anos 60 cujo *slogan* era o “Yankee, go home”, para que não se repita o modelo isebiano do período JK, quando se favorecia apenas a grande empresa (particular ou do Estado). Para que uma empresa seja rentável hoje, é preciso que da decisão participe toda a sociedade, dando por terminadas duas dicotomias internas que nos têm sido muito prejudicadas. A primeira dicotomia se consolida no fato de que existe uma pesquisa técnico-científica militar avançada, cujo conteúdo é secreto para a pesquisa civil. A segunda é a que relega a segundo plano as ciências humanas e sociais, deixando as ciências exatas serem solitariamente hegemônicas.

O modelo de desenvolvimento realista, ou seja, o que é dado pela maturação periférica (artificial e tardia, mas sólida) do processo nos países avançados, só encontra um legítimo critério de avaliação nas questões abertas pelas pesquisas vivas, porque também “ricas”, feitas no campo das ciências humanas e sociais. Elas é que podem, ou não, legitimar o saber que foi, em primeira instância, acatado pelas ciências exatas dentro da lógica do melhor desempenho. Pela reflexão dos outros cientistas é que se avaliam o progresso na nova ordem internacional e a justiça na “compra” do trabalho humano na sociedade pós-industrial.

O livro de Jean-François Lyotard existe para que avaliemos até que ponto é justo e verdadeiro o seguinte enunciado: “Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder.”

Autor Convidado.

